

Prebisch afirma que só há solução política para a dívida externa

O fundador da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e ex-presidente do Banco Central argentino, Raul Prebisch, que chegou ontem ao Rio, afirmou que nenhum dos países endividados poderá liquidar seus débitos através de uma contração ainda maior das importações. "A solução para a crise é política", disse Prebisch. "Só a partir de um acerto global que envolva credores e devedores é que cada país poderá resolver o seu problema de balanço de pagamentos".

— Todos precisamos buscar um novo caminho. As políticas econômicas elaboradas pelos grandes países hoje, nem mais respondem aos interesses destas nações, pois desembocaram em altíssimas taxas de juros e inflação elevada, levando todo o mundo a uma grande depressão. O que está acontecendo é uma loucura de enormes consequências — afirmou o economista.

Novas idéias

Prebisch participou ontem de um almoço patrocinado pela Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças, por ocasião do lançamento, no Brasil, da revista bilíngüe (espanhol e português) **Pensamento Iberoamericano**, editada na Espanha, e cujo objetivo é "ativar e estimular o pensamento econômico dissidente", segundo seu diretor, Aníbal Pinto, outro ex-dirigente da CEPAL. Ao almoço estiveram presentes também o Governador em exercício do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro; o Senador Saturnino Braga (PDT/RJ); o Secretário de Governo Cibelis Viana e o Secretário Estadual de Fazenda, César Maia, além do presidente do Partido Socialista Operário Espanhol na Andaluzia, Luis Yáñez.

De acordo com Raul Prebisch, as negociações isoladas dos países altamente endividados,

"evitaram uma explosão de consequências maiores". Mas, segundo o economista, até agora não surgiram idéias realmente construtivas para resolver a crise. Citou o plano recentemente apresentado pelo banqueiro norte-americano Felix Rohatyn — prazo de pelo menos 30 anos para pagar a dívida e juros fixos, mais baixos — como uma saída possível.

O editor da revista **Pensamento Iberoamericano**, Aníbal Pinto, afirmou que a discussão em torno da declaração de moratória é inócua: "De fato, os países já estão em moratória. Impõe-se, agora, uma solução que funcione como um corte drástico. Os países endividados não são inviáveis. É preciso que eles voltem a ter condições para pagar a dívida." Segundo Aníbal Pinto, os países devedores da América Latina, que não têm uma tradição de cooperação, só vão começar a atuar em bloco "quando o impasse for total".

O Senador Saturnino Braga (PDT/RJ) revelou ontem já ter iniciado contatos com as bancadas dos outros Partidos de Oposição no sentido de apresentar um novo projeto de lei, pelo qual a contribuição das empresas para a Previdência Social passaria a ser descontada do faturamento. "Desta forma", disse Saturnino, "as empresas mais capitalizadas e mais sadias financeiramente pagariam mais do que as que estão enfrentando dificuldades". Segundo Saturnino, o projeto ainda poderá ser apresentado no Congresso antes do final do ano.

Saturnino Braga afirmou também que "o Governo já percebeu que o Decreto-Lei 2.045 (que limita 80% do INPC os reajustes salariais) não será aprovado, e, por isso, está concentrando seus esforços na aprovação do Decreto-Lei 2.024 (resultante do acordo PDS/PTB)".